COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.100, DE 2006

Altera os art. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado Pastor Manoel Ferreira

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senado Federal que qualifica como um dos objetivos do crédito rural o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e prescreve a concessão de incentivos especiais, pelo Poder Público, ao proprietário rural que promover essa substituição.

A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que se manifestou pela aprovação do PL n.º 7.100, de 2006, nos termos do Substitutivo por ela apresentado. O Substitutivo da Comissão propõe alterações nos mesmos dispositivos da Lei 8.171, de 1991, passando a considerar como objetivo da política de crédito rural a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, com o objetivo de complementação da renda do produtor, e não mais a substituição da cultura. A norma proposta para

concessão de incentivos especiais ao produtor também sofreu a mesma alteração.

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT), manifestou-se pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do PL n.º 7.100, de 2006, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, e no mérito pela aprovação do PL n.º 7.100, de 2006, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das comissões (RICD, art. 24, II), e tramita sob regime de prioridade.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pronunciar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.100, de 2006.

A matéria está inserida na competência legislativa da União (art. 22, VII – *política de crédito*) e na competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 23, VIII – *fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar*). Além disso, de acordo com o art. 187 da Constituição Federal, a política agrícola deve ser planejada e executada na *forma da lei*, levando em conta, dentre outros aspectos, os instrumentos creditícios e fiscais. A iniciativa parlamentar da proposição é legítima (CF, art. 61), uma vez que não está reservada a outro Poder. Assim, nada há a obstar sua aprovação, no que toca à constitucionalidade formal.

Do mesmo modo, os requisitos constitucionais materiais se mostram atendidos.

No que se refere à juridicidade, entendemos que a proposição está de acordo com o ordenamento jurídico pátrio e com os princípios gerais do direito.

Quanto à técnica legislativa, propomos apenas uma emenda de redação ao Projeto de Lei n.º 7.100, de 2006. Não há reparos a fazer no Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Feitas essas considerações, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL n.º 7.100, de 2006, com a emenda de redação ora ofertada; e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Deputado Pastor Manoel Ferreira
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.100, DE 2006

Altera os art. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1

Substitua-se a redação do *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 7.100, de 2006, por:

"Art. 2º O art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV"

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

Deputado Pastor Manoel Ferreira
Relator